MINISTRO DO TURISMO NEGA TER AMEAÇADO DEPUTADA DE MORTE

AUDIÊNCIA O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, negou que tenha ameaçado de morte a deputada federal Alê Silva (PSL-MG). Ele compareceu, ontem, à segunda audiência no Congresso para responder sobre as acusações de ter montado um esquema de candidaturas laranja no PSL de Minas Gerais.

A resposta do ministro foi dada à própria deputada, que estava sentada na primeira fileira da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, durante a audiência, e se dirigiu diretamente a Álvaro Antônio, reiterando a acusação de que o ministro a ameaçou caso ela o incriminasse no caso do laranjal.

"'Falem com a Alê parar com isso senão eu acabo com a vida dela', o senhor falou isso, o senhor falou isso, ou então tem muita gente mentindo", disse a deputada. "A senhora mente", respondeu o ministro.

Álvaro Antônio ainda ressaltou que não tem perfil violento e ironizou a aparência da deputada, afirmando que jamais ameaçaria "uma pessoa que, para mim, já deve estar chegando na terceira idade, pelo menos no aspecto". Alê Silva tem a mesma idade de Álvaro, 45 anos.

DEPUTADOS DO PSL DEVEM MIGRAR PARA SIGLA DE BOLSONARO

PARTIDOS O líder do governo na Câmara, deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), afirmou, ontem, que cerca de 30 deputados do PSL deverão migrar para o novo partido criado pelo presidente Jair Bolsonaro, chamado Aliança pelo Brasil. A legenda fará a primeira convenção hoje. Anteontem, o presidente assinou sua desfiliação do PSL, partido pelo qual se elegeu.

Ontem, o grupo do PSL próximo ao presidente reclamou de perseguição por parte do partido, desde que foram instaurados processos contra eles no Conselho de Ética da sigla. No auge da crise interna do PSL, os parlamentares assinaram uma carta pedindo ao partido a abertura das contas. Na sequência, foram acusados de atacar a própria sigla e receberam notificação.

Os deputados chegaram a impedir na Justiça o processo no Conselho de Ética, mas o partido recorreu e ganhou. Os procedimentos podem resultar desde simples advertência até a expulsão dos correligionários.

"Ousamos pedir transparência e, a partir desse pleito justo, passamos a sofrer perseguições, insultos e ameaças", afirmou Vitor Hugo.

CCJ da Câmara aprova a PEC da segunda instância

BRASÍLIA A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, por 50 votos a 12, a admissibilidade da proposta que abre caminho para a prisão de condenados pela Justiça após a segunda instância.

Há duas semanas, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu de forma contrária e vinculou o início do cumprimento da pena ao chamado trânsito em julgado, quando se esgotam as possibilidades de recurso do réu.

O texto da PEC agora será analisado por uma comissão especial que vai avaliar o teor da mudança. Depois, tem de ser votado em Plenário em dois turnos e passar pelo mesmo rito no Senado.

Os deputados aprovaram a PEC 199 de 2019 que modifica os artigos 102 e 105 da Constituição, acabando com o recurso extraordinário, apresentado ao STF, e o recurso especial, apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com isso, o réu só poderá recorrer até a segunda instância e, depois disso, o processo será considerado transitado em julgado.

Essa é a segunda matéria apresentada pelo deputado Alex Manente (Cidadania-SP) que trata do assunto. Para evitar alterar o artigo 5º da Constituição Federal -conforme orientação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que alertava para o risco de que haveriam interpretações de que a presunção da inocência é uma cláusula pétrea e não poderia ser alterada por emenda à Constituição - o autor preferiu acabar com os recursos extraordinário e especial ao STF e ao STJ, previstos nos artigos 102 e 105 da Constituição.

Sendo assim, o trânsito em julgado seria antecipado para condenação em tribunal recursal.

Também ontem, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado informou que vai convidar o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para uma audiência pública sobre a prisão em segunda instância. O debate foi agendado para a próxima terça-feira, 26, antes da votação de uma proposta formulada por parlamentares com o ministro.

Outros juristas serão convidados para debater o tema.

RENATO COSTA/ESTADÃO CONTEÚDO

CCJ do Senado também discutiu a PEC da Segunda Instância. A Casa também fará, na próxima semana, um debate com o ministro Sérgio Moro

Dias Toffoli defende a supervisão de compartilhamento de dados sigilosos

JULGAMENTO Em sessão de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, o presidente da corte, Dias Toffoli, defendeu a necessidade da justiça supervisionar o compartilhamento, entre órgãos de controle e investigação, de informações fiscais e bancárias protegidas por sigilo.

De acordo com o voto do ministro, a Receita Federal não pode encaminhar a esses órgãos documentos na íntegra, como extratos bancários e declarações de Imposto de Renda, porque, no entendimento do presidente do Supremo, o compartilhamento dessas informações exige autorização judicial.

A votação sobre os dados sigilosos foi suspensa, ontem, após o voto de Toffoli, e será retomada hoje em nova sessão da Corte.

Com a votação, o STF definirá o destino de mais de 935 apurações e ações penais paralisadas no Ministério Público após decisão liminar do próprio Toffoli, datada de julho, quando mandou parar casos que continham dados compartilhados sem autorização prévia da justiça.

"Talvez o mais importante aqui seja a questão da supervisão judicial para evitar abusos de investigações de gaveta que servem apenas para assassinar reputações sem ter elementos ilícitos nenhum. Isso pode ser utilizado contra qualquer cidadão, contra qualquer empresa e isso é nosso dever restringir", afirmou o ministro do Supremo em seu voto.

> Talvez o mais importante aqui seja a questão da supervisão judicial para evitar abusos de investigações de gaveta que servem apenas para assassinar reputações sem ter elementos ilícitos nenhum
>
> **Dias Toffoli**
>
> Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao justificar seu voto no julgamento do caso sobre dos dados sigilosos, que envolve principalmente o antigo Coaf.

Os órgãos impactados pela liminar de Toffoli defendem a troca de dados sem necessidade de autorização prévia da Justiça, como forma de dar agilidade às investigações. A Unidade de Inteligência Financeira (UIF) - antigo Coaf -, a Receita Federal e o Ministério Público Federal apontam prejuízos ao combate à corrupção e ao crime organizado caso a posição definida na liminar de Toffoli prevaleça.

Um dos casos parados é o do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro. Foi por um pedido da defesa do senador que Toffoli tomou a decisão de suspender as investigações.

DEPUTADO QUE ARRANCOU CARTAZ SOBRE RACISMO DIZ NÃO TER ARREPENDIMENTO

POLÊMICA "Não há arrependimento. Quem foi atacada foi a Polícia Militar", afirmou, ontem, o deputado Coronel Tadeu (PSL-SP) que entrou no centro do debate político, anteontem, ao arrancar um cartaz em um exposição na Câmara Federal sobre o racismo no Brasil.

A imagem mostrava um policial de arma na mão e um rapaz negro estendido no chão, vestindo uma camisa do Brasil e algemado. Abaixo da cena, lia-se a frase: "O genocídio da população negra".

O ato do deputado provocou reação imediata de deputados que acusaram o militar de racista. Tadeu se defendeu, ontem, elogiando a exposição e negando qualquer tipo de preconceito.

"Essa é uma casa de debate e, por ser a casa do debate, você precisa incentivar cada vez mais esse debate. Não me sinto arrependido. Fiz o meu papel eleito por quase 100 mil famílias de policiais do Estado de São Paulo", afirmou o deputado em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019) | REPETIÇÃO - Objeto: Registro de preços para aquisição de Material Penso, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Termo de Referência e Anexos. Sessão: 03/12/2019, às 09hs. O edital poderá ser retirado na sede da Prefeitura de Sapeaçu ou pelo e-mail: licitacao.sapeacu@gmail.com Wellington Santos da Silva - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DAS MATAS (BA)
REABERTURA (PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 022/2019) - A Pregoeira torna público a reabertura da licitação, citada. Objeto: Aquisição de material de limpeza e higiene para atender às necessidades das diversas Secretarias deste Município, mediante Sistema de registro de Preços. Data: 04/12/2019, às 08:30hs. Edital: (http://www.saomigueldasmatas.ba.gov.br). Informações: licita2018.1@hotmail.com ou (75) 3676-2141/2345. Edimara Macena Couto - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÉRICO CARDOSO – BA.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019
Município de Érico Cardoso (BA) realizará Pregão Presencial nº 28/2019, Menor Preço por Item. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar do alunado das Escolas da Rede Municipal deste município para o exercício de 2020. Sessão data/horário/local 05/12/2019 às 08h00min, na Prefeitura, na Praça Matriz, 66, Centro, nesta cidade. Edital: Setor de Licitação no endereço supra. Informação: endereço supra ou tel. 77-36772100, das 08h às 12h. Érico Cardoso/BA, 20/11/2019 - Luís B. Pereira – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDEIRAO GRANDE
CNPJ N: 13.913.355/0001-13
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 04PRP/2019
Modalidade: Pregão Presencial Para Registro de Preços; Tipo: Menor Preço Por Lote; Dia: 03/12/2019, ás 09hs; Local: na sede da EMAS. Objeto: Aquisição futura e eventual de materiais hidráulicos (tubos, conexões e registros). Edital disponível em https://www.emas.ba.gov.br/site/licitacoes ou através do email: emas.caldeiraogrande@yahoo.com.
Eliana Alves do Nascimento – Pregoeira.